

**PERCEÇÃO DOS  
ASSENTADOS DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS PARA  
IMPLANTAÇÃO DO *PROGRAMA TERRA FORTE*: ESTUDO DE CASO NO  
ASSENTAMENTO PANA.**

Ijean Gomes Riedo<sup>1</sup>

[ijeanriedo@ufgd.edu.br](mailto:ijeanriedo@ufgd.edu.br)

Ana Lúcia de Souza Pires Fagundes<sup>2</sup>

[analucia@uems.br](mailto:analucia@uems.br)

Juliana R. Carrijo Mauad<sup>3</sup>

[julianaCarrijo@ufgd.edu.br](mailto:julianaCarrijo@ufgd.edu.br)

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a percepção sobre o *Programa Terra Forte* pelos assentados do município de Nova Alvorada do Sul, de forma local ao assentamento *Programa de Assentamento Nova Alvorada - PANA*. Assim, busca identificar e evidenciar possíveis limitações na divulgação e implantação dos programas de produção para as famílias assentadas. Este trabalho adota a abordagem quantitativa, utilizando o método de pesquisa de campo com auxílio de entrevista semiestruturada aplicada às famílias assentadas. O *Programa Terra Forte* surgiu no ano de 2013, com abrangência nacional e tem como objetivo principal atender as demandas dos camponeses oriundos da reforma agrária e dos pequenos produtores brasileiros no desenvolvimento das atividades no campo, que buscam formas de aprimoramento, modernização e potencialização de suas produções. Os resultados indicam que apesar da importância do programa e de todos os benefícios que conseqüentemente este trará para as famílias alocadas, tal afirmação ainda não conseguiu alcançar os objetivos propostos, pois em alguns assentamentos, em especial o PANA do município de Nova Alvorada do Sul, desconhecem o significado do conceito de “*Terra Forte*”. Desta forma verificou-se o desconhecimento por parte dos assentados quanto ao programa, isto é decorrente da falta de estrutura e apoio dos órgãos envolvidos nos programas governamentais.

**Palavras-Chave:** Programa Governamental; Assentamento; Perspectivas.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de muitas riquezas naturais e se encontra entre os 10 (dez) países com maior Produto Interno Bruto-PIB (FMI-2014), porém toda riqueza está concentrado nas mãos de poucas pessoas. A desigualdade social e regional é um problema recorrente que corrobora com a pobreza do país.

---

<sup>1</sup> Aluno do Mestrado de Agronegócio da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

<sup>2</sup> Aluna do Mestrado de Agronegócio da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

<sup>3</sup> Professora Doutora em Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

Este cenário acompanha nosso país desde os primórdios, com a chegada dos portugueses em terras brasileiras. Entre os anos de 1534-1536, o rei Português decidiu dividir o território brasileiro em grandes faixas de terras que iam do litoral até a linha imaginária, determinada pelo Tratado de Tordesilhas. As chamadas Capitânicas Hereditárias que foram doadas a representantes da nobreza e aos militares. Assim, os donatários tinham o poder de doar lotes (sesmarias) sob a condição de que estas fossem exploradas economicamente (FAUST, 1996).

Em 1850, surge à primeira Lei da Terra, tinha como objetivo vender estas terras aos donos de capital, surgindo assim os latifundiários e as oligarquias rurais atuais (SPAROVEK, 2003).

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão agrária começou a ganhar importância, por volta dos anos 1950-1960, a população começava reivindicar mudanças estruturais no país e a reforma agrária passa a ser um dos focos (SPAROVEK, 2003).

A reforma agrária surge com o papel de realizar uma distribuição mais igualitária da terra e da renda agrícola. O responsável por esta distribuição é o Estado que compra as terras dos grandes latifundiários e distribui entre famílias de assentados que se encontram em determinadas regiões do Brasil.

Na década de 90 muitas foram às lutas marcadas por intensa movimentação no campo e na floresta, com as ações de vários movimentos sociais, que não lutavam só pelo acesso a terra, mas pela superação histórica e também pela desigualdade de acesso aos direitos sociais (GRUPO DA TERRA, 2011).

A região de Mato Grosso do Sul, é um estado composto por 79 municípios, sendo que no estado existem 179 projetos de assentamentos, beneficiando 30 mil famílias (INCRA, 2014).

O município de Nova Alvorada do Sul, localizado na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Dourados). Por muito tempo foi conhecido, como o "Entroncamento", ou seja, um ponto de encontro dos caminhos e culturas advindos de outras regiões que fazem parte da rota ao entorno de Nova Alvorada do Sul, por meio da BR 267 e BR 163, caminhos estes que interligam a capital, Campo Grande, Região da Grande Dourados, Países do MERCOSUL, Região do Pantanal e os Estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul. Este município é um dos 12 locais que constituem a grande Dourados (GARBIN, 2006).

Criada em 18 de dezembro de 1991, o município de Nova Alvorada do Sul, ocupa uma superfície de 4.019,32 km<sup>2</sup> com uma população de aproximadamente 16.432 habitantes e tem como principal atividade econômica a agropecuária (IBGE 2010).

No ano de 1997, surge no município de Nova Alvorada do Sul, o primeiro assentamento, conhecido como Programa Assentamento Nova Alvorada, com a seguinte denominação *PANA*. Os assentados destas terras eram advindos de áreas paraguaias, os chamados brasiguaios, estes filhos de pais brasileiros e paraguaios, e que retornaram ao Brasil e também da região de Fátima do Sul (INCRA, 2014).

A vida destes assentados sempre foi marcada por lutas e vitórias, os assentados estão rodeados de medo e inseguranças, povoar área de cerrado imprópria para a produção agrícola dificultaria muito a sua subsistência nos aspectos sociais e ambientais. Porém a satisfação em possuir uma moradia, vem sempre ao encontro com a insegurança, produzir para subsistência e comercializar sempre foi um desafio, os recursos são limitados, dificultando assim o crescimento financeiro e o melhoramento das suas áreas (MARTINS, 2002).

Os Programas do governo preveem várias linhas de créditos que visam incentivar a produção, melhoramento da qualidade de vida, valorização do campo e crescimento sustentável, porém no assentamento *PANA* estão alheios a este tipo de informação, mesmo sabendo que os beneficiários dos programas governamentais são agricultores e famílias assentadas que desenvolvem atividades associadas.

## **CARTEIRA E PROJETOS DO INCRA: ALGUNS APONTAMENTOS**

Atualmente o INCRA conta com vários programas, ações, projetos e atividades que tem como objetivo beneficiar as famílias assentadas, alguns deles são:

- Crédito Instalação;
- Infraestrutura;
- Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC);
- Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (PACTO);
- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);
- Projetos Assentamentos da Reforma Agrária;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF;

- Programa Leite Social;
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;
- *Programa Terra Sol*, atualmente incorporado ao *Programa Terra Forte*.

## **PROGRAMA TERRA FORTE: ASSENTAMENTO PANA**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando atender às demandas dos assentados da reforma agrária, lança em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentados-DD e a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Assentados-DDA o Programa Terra Forte, coordenado pela Secretária-Geral da Presidência da República. O Programa Terra Forte tem por objetivo apoiar e promover a agroindustrialização dos assentamentos, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades locais.

Ainda sobre o tema o Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013, lançado em 2013 e vigente até o ano de 2016, têm por objetivo recepcionar pré-projetos de apoio à agroindustrialização e à comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária para compor Carteira de Projetos do INCRA. Carteira de projetos é pré-projetos selecionados pelo Edital, para possível implantação nos Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA. Serão atendidos pré-projetos para empreendimentos de agroindustrialização e comercialização em assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, com valores superiores a R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais). Tais propostas devem atender preferencialmente às cadeias produtivas e/ou atividades estruturadas/consolidadas e que apresentem viabilidade econômica, financeira, social e ambiental dos empreendimentos.

Conforme dados do INCRA (2013) o Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013, recebeu 1.084 pré-projetos de assentamentos no Brasil, sendo 139 selecionados, dividido assim por região: Norte (19); Nordeste (48); Centro-Oeste (32); Sudeste (19) e Sul (21).

Apesar do número expressivo de pré-projetos aprovados para a região centro-oeste, todavia são poucos os beneficiados no Mato Grosso do Sul. No município de Nova Alvorada do Sul, por exemplo, são poucos assentados que conheçam algum tipo

de programa governamental que beneficiam os camponeses de áreas advindas na reforma agrária.

No que tange a questão, em pesquisa *in loco* por meio de um levantamento realizado no mês de junho/2014, no assentamento PANA, com as 90 famílias cadastradas, somente 28 aceitaram responder a entrevista desta pesquisa. Questões objetivas e subjetivas foram lançadas, quanto às informações pessoais, familiares e profissionais. No entanto, no ato da entrevista saltaram dúvidas com relação ao *Programa Terra Forte* que foram questionadas pelas famílias assentadas, na medida do possível todas as indagações foram paulatinamente sanadas.

Conforme a historiadora PINSKY(2009) a pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e a interpretação dos dados consiste em fundamentação teórica, objetivando assim compreender e explicar o problema pesquisado. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como abordagem quantitativa ou qualitativa.

Neste caso a coleta de dados é quantitativa, pois é possível perceber após a aplicação dos questionários que das 28 (vinte e oito) famílias entrevistadas, 22 (vinte e duas) desconhecem qualquer tipo de programa governamental, isto representa em percentual um total de 78% (setenta e oito por cento) das famílias interrogadas, enquanto 05 (cinco) famílias conhecem algum tipo de programa, um percentual de 18% (dezoito por cento) e somente 01 (uma) família conhece o *Programa Terra Sol*, que equivale a 4% do total de famílias entrevistadas.

Como forma de pontuar algumas das possíveis causas para estes desconhecimentos dos programas governamentais, as famílias ainda foram questionadas quanto ao nível de escolaridade e sobre o desempenho escolar, pois para aqueles que são analfabetos ou semianalfabetos as informações podem chegar de forma limitada, tornando-as incompreensivas.

Os dados extraídos dos questionários aplicados na entrevista, possibilitaram a elaboração do quadro 1, que é apresentado abaixo, permite assim compreender um pouco mais sobre a realidade dos assentados. Foram usados como base de dados somente as 22 (vinte e duas) famílias que não conheciam nenhum programa governamental:

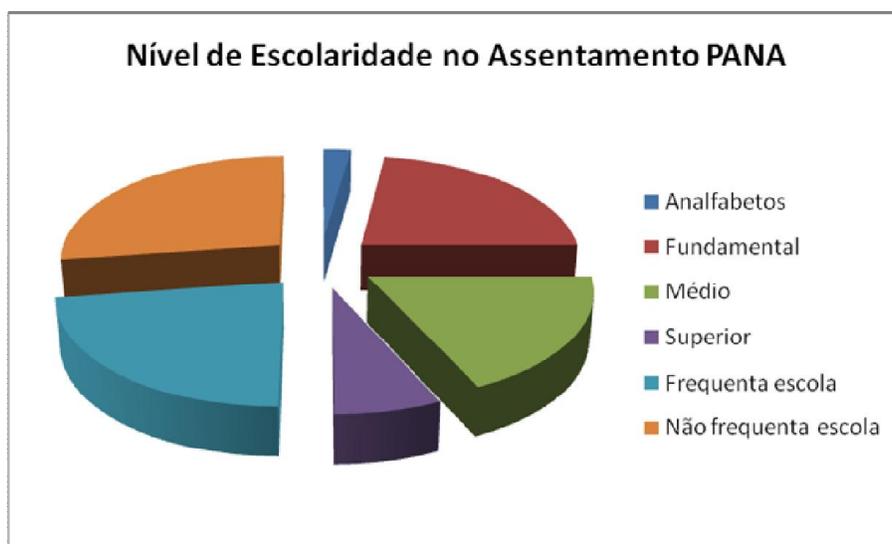
<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
---------------------	-------------------	----------

Analfabetos	1	4
Fundamental	10	45
Médio	8	37
Superior	3	14
Frequenta escola	10	45
Não frequenta escola	12	55

**Quadro 1** – Demonstrativo de escolaridade das famílias do Assentamento PANA

**Fonte:** Pesquisa *in loco* no assentamento PANA. Realizada em junho/2014.

No estudo, foi possível mapear que das 22 famílias que não conheciam nenhum programa de governo 4% são analfabetos, 45% tem o ensino fundamental, 37% ensino médio e 14% ensino superior, e destes que estão no ensino fundamental e médio 45% frequentam a escola (Gráfico 1). Vale lembrar que das famílias entrevistadas, todos os filhos estão frequentando a escola e em alguns casos estes já concluíram o ensino superior.



**Gráfico 1** - demonstrativo do nível de escolaridade dos assentados.

**Fonte:** Pesquisa *in loco* no assentamento PANA. Realizada em junho/2014.

Os dados do gráfico ainda apontam que o número de pessoas analfabetas e que tem somente o nível fundamental no assentamento é muito pequeno em comparação com as pessoas que ainda frequentam a escola.

Podemos perceber também um número expressivo de pessoas (14%) que concluíram o nível superior. Então, atribuir a falta de conhecimento concernente aos direitos que cada família tem, devida a pouca escolaridade, parece pouco provável, a partir da análise da planilha e do gráfico.

Apesar do Inciso XXXIII, Art. 5, da Constituição Federal de 1988, prever que “*todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral*”, as informações sobre os programas ainda ficam restrita a poucos, seja pela ineficácia dos meios comunicativos, materiais ou humanos.

Outro fator muito importante é que os órgãos governamentais tem-se preocupados em implantar programas, deixando de capacitar, estruturar e treinar órgãos de apoio para fomentar tais atividades, desta forma o programa nasce já fadado ao fracasso.

Mesmo diante de tantas dificuldades e limitações as famílias não desistem do campo e nem abandonam seu proposito, prova disto é que de todas as famílias entrevistadas estão inseridas na cadeia produtiva do campo e outras como forma de complementação de renda, além da produção rural tem como segunda renda um emprego dentro do assentamento, seja como professor, merendeira ou mesmo como vigilante.

## **CONSIDERAÇÕES**

Em realidade, apesar dos programas governamentais preverem a ampla participação das famílias alocadas no campo, objetiva a finalidade de atender as demandas dos assentados quanto ao desenvolvimento de suas produções, logo a necessidade de projetos que atendam os reais anseios do campo, isto não vem acontecendo. Esta situação nos leva a refletir onde poderia estar à ineficiência, pois de um lado o programa visa atender os assentados, enquanto do outro lado, estes procuram recursos que possam atender as suas respectivas demandas.

Assim, o que podemos salientar é a falta de políticas públicas que atendam os reais ensejos do campo, pois são os principais entraves que existem ao sucesso de programas, principalmente pela falta de assistência técnica ao público alvo. Em 2013, em Campo Grande/MS, o INCRA reuniu alguns técnicos de instituições públicas estaduais, municipais e representantes de associações ligadas aos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, para participarem de uma oficina sobre o *Programa Terra Forte* (INCRA, 2013), decorrendo um ano, o cenário continua o mesmo.

Então, desenvolver políticas públicas voltadas à estrutura agrária do Brasil é um processo de pelo menos quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental

(Informativo nº 02 INCRA, 2010), no entanto podemos constatar que estas palavras são belas, mas precisam sair do papel, procurando assim atender aos anseios dos assentados rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022, 6023 e 6024**. Disponível no site: <http://www.abnt.org.br>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp. São Paulo, 1996.

GARDIN, Vitor Hugo; SILVA, Medson Janer. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Grande Dourados-MS**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. Novembro, 2006.

**Grupo da Terra. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília: 2011. [acesso em 23 de Maio de 2014]. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_integral\\_populacoes\\_campo\\_floresta.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_integral_populacoes_campo_floresta.pdf).

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Edital INCRA/DD/DDA Nº 01/2013 [Programa Terra Forte]: **Seleção Pública de Pré-Projetos de Apoio a Agroindustrialização e à Comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária** [homepage na internet]. Brasília: 2013. [acesso em 23 de Maio de 2014]. Disponível: [http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/servicos/editais/2013/edital\\_01\\_2013\\_terra\\_forte\\_pre\\_projetos.pdf](http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/servicos/editais/2013/edital_01_2013_terra_forte_pre_projetos.pdf)

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Notícia: **INCRA prepara assentados para serem titulados em Mato Grosso do Sul**. Publicado 11/07/2014. Assessoria de Comunicação Social do INCRA/MS, Disponível: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-prepara-assentamentos-para-serem-titulados-em-mato-grosso-do-sul>

Jornal INCRA, **Publicação Especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Ano I, nº 2, Dezembro, 2010. Disponível no site: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/file/1146-balanco-incra-2003-2010>

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SPAROVESK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária Brasileira.**  
Brasília: Página&Letras Editora e Gráfica, 2003.